



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Bohn Martins, Maria Cristina
Sobre histórias não contadas
História Unisinos, vol. 17, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 66-68
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866791005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Resenha

Sobre histórias não contadas

About untold histories

Maria Cristina Bohn Martins¹

mcris@unisinos.br

CUNHA, L.P. da. 2012. *Índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (século XIX)*. Porto Alegre, Evangraf, 236 p.

“Índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (século XIX)” é produto da investigação desenvolvida por Lauro Pereira da Cunha para sua dissertação de mestrado, estudo que efetuou junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos². Mas também é muito mais que isto.

Efetivamente, o texto, apresentado numa edição da Editora Evangraf de Porto Alegre, traz os resultados de vários anos de pesquisa e dedicação do autor, em iniciativas encetadas já muito antes que ele pretendesse dar aos seus estudos um arcabouço acadêmico. Seu comprometimento com a história dos índios é visível e está presente ao longo de todo o texto, assinalando a convicção do autor de que os historiadores, mas também a sociedade como um todo, têm um débito pelo seu desconhecimento dela.

O tema que mobiliza a inquietação intelectual de Lauro P. Cunha é o das populações indígenas do litoral norte do Rio Grande do Sul, envolvendo suas histórias, suas relações com a sociedade “branca” e suas demandas atuais. Neste sentido, a pesquisa pretendeu dar uma resposta àquilo que ele percebeu como uma grave lacuna na historiografia regional (e local): o silêncio em relação à presença e protagonismo histórico de índios do grupo Jê no litoral gaúcho, “como se esta região tivesse se tornado definitivamente ‘esvaziada de índios’ com a retirada dos Guaranicarijô pelas bandeiras escravagistas” dos séculos XVI e XVII (Cunha, 2012, p. 16).

A sua constatação de que as áreas da encosta oriental do Planalto Meridional cobertas pela Mata Atlântica eram, ainda no XIX, no atual RS, o extremo austral do “território de uso” dos xoklengs, levou-o a formular duas questões centrais que serão desenvolvidas na obra:

(i) Como os indígenas agiram/reagiram diante da expansão da sociedade ocidental nestas regiões? Considerando os xoklengs como agentes dos processos históricos em curso, de que forma ocorreu sua interação com a colonização luso-brasileira e, depois, com as frentes de imigração europeia?

¹ Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Unisinos; Bolsista de Produtividade do CNPq.

² O trabalho, concluído em agosto de 2012, intitulou-se *O botoque e o açúcar: índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul*. Contribuíram com o mesmo, como membros da sua Banca de Qualificação, os professores Vêra Maciel Barroso, Marcos Witt e Maria Cristina Bohn Martins; da Banca de Mestrado, participaram Eduardo Neumann, Jairo Rogge, Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos e Maria Cristina Bohn Martins.

(ii) Sob quais ideias “do outro”, brancos e índios se posicionaram e agiram neste processo?

A busca por estas respostas guiou a reflexão proposta pelo autor, interessado que estava em conhecer “este ignorado cenário, composto por homens, mulheres, crianças, ‘índios selvagens’, ‘índios mansos’, brancos, negros e mestiços que não fazem parte dos relatos épicos da historiografia local, mas que desempenharam vários papéis nos projetos de ocupação econômica e populacional da região. Resistindo, fugindo, matando, morrendo ou assustando, os índios xokleng também foram agentes históricos neste processo” (Cunha, 2012, p. 16).

Em nome deste interesse, Cunha percorreu muitos arquivos, na maioria das vezes para se frustrar diante da escassez de documentos que tratassem das relações entre os xoklengs e as populações ocidentais com os quais eles travaram contato. Também leu muitos livros, teses e dissertações sobre a história do litoral norte do Rio Grande do Sul, para novamente se desencantar diante da desatenção dos historiadores para com eles. Justamente por isto, a parcela da investigação que talvez lhe tenha sido mais cara – e que se apresenta muito rica para os leitores interessados – foi aquela que o autor conduziu visitando “comunidades tradicionais” do litoral, oportunidade em que conversou com moradores antigos e, principalmente, em que ouviu suas histórias. Histórias cheias de ação e vivacidade; histórias cheias de violência e pavor, como no caso das ações de “bugreiros” ou de “índias pegas no mato a cachorro”, que ele reproduz, discute e avalia.

A dissertação, que foi revista e adaptada para dar origem ao livro que aqui resenhamos, teve por título *O botoque e o açúcar: índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (século XIX)*, o qual, como reconhece o seu autor, é tributário da obra de Luíza Tombini Wittmann (2007), *O vapor e o botoque*, que estudou as relações entre colonos alemães e índios xokleng no Vale do Itajaí em Santa Catarina. Wittmann, neste trabalho, oferece uma rica contribuição a um tema que não é indiferente aos estudos historiográficos, arqueológicos ou antropológicos do estado vizinho³.

Não é o caso do Rio Grande do Sul, uma vez que se tornou regra aqui entender que os xoklengs “são índios de Santa Catarina”. Lauro P. da Cunha refuta esta ideia e maneja uma série de argumentos e dados empíricos, para evidenciar que os xoklengs estiveram presentes, também, no litoral norte do Rio Grande do Sul até que a intensificação da presença dos “brancos”, especialmente com a introdução das lavouras de cana de açúcar, inviabilizasse esta condição.

O livro é prefaciado pelo Prof. Dr. Eduardo Neumann, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o

qual afirma que a cuidadosa investigação do autor permitiu “reabilitar, no quadro geral das populações indígenas, um grupo que habitava o Rio Grande do Sul mas que não era mencionado como um coletivo específico”. E, ainda, que o trabalho, por meio da operação de identificação e transcrição de documentos oficiais de caráter administrativo, permitiu resgatá-los “do silêncio a que foram confinados pela escrita da história oficial” (13).

O texto tem suas 236 páginas divididas em três capítulos. No primeiro deles, o estudo apresenta uma “retrospectiva” da história de contatos entre os grupos indígenas do litoral norte do Rio Grande do Sul e os ocidentais (bandeirantes, religiosos e tropeiros) a partir do século XVI. Ele buscou evidenciar aí que, contrariamente ao que reza a historiografia, os xoklengs não eram um grupo isolado até os inícios da imigração europeia no estado, e que seu comportamento esquivo no Oitocentos resulta exatamente do conhecimento que haviam adquirido a partir de suas relações anteriores com os brancos, isto é, das experiências que tinham vivido e das interpretações que conferiram a elas. Ainda neste capítulo o livro discorre sobre o avanço da pecuária neste espaço, evidenciando que, embora uma “fronteira étnica” com os xoklengs começasse aí a se esboçar, estancieiros e indígenas ocupavam, ainda, territórios diferentes e não mutuamente cobiçáveis: a planície costeira (formada por campos, banhados e lagoas), e a floresta da “encosta da serra Geral”.

O capítulo seguinte abrangeu o tempo da instalação da agricultura por meio da “frente açoriana” de colonização. Apesar de seus roçados estarem instalados nas faces dos morros voltadas para o mar, estes “colonos” deram início à erosão da fronteira geográfica que havia separado brancos e índios, processo que, ao mesmo tempo, levou ao enrijecimento da fronteira étnica. Segundo o autor, neste momento os nativos poderiam ter contornado o contato mais intenso com os brancos, mas não o fizeram, investindo em uma série de ataques, especialmente em busca de ferramentas e outros bens materiais que desejavam. Os xoklengs “não mais se encontravam isolados porque não tinham mais como se manter indiferentes ao mundo que se criava ao seu redor e à sua revelia. Não estavam tão distantes do mundo colonial, e as ‘correrias’ que praticavam eram um exemplo de que [...] podiam entrar e sair dele”. Seu modo de vida havia se alterado de forma incancelável, especialmente pelo aparecimento de novas necessidades criadas pelo contato, tal como cachorros, tecidos e, principalmente o ferro (Cunha, 2012, p. 215).

As iniciativas dos xoklengs para obter estes recursos geraram violenta repressão por parte dos colonos e do poder público, bem como contribuíram para firmar a

³ Entre outros: Selau (2006); Santos (1973); Santos (1997); Namem (1994); Lavina (1994).

noção de que eles eram um perigo e um empecilho para o avanço das lavouras. Com o estabelecimento militar de Torres (1820) e o surgimento das Companhias Sertanejas (1822), o Estado passou a investir sistematicamente na perseguição aos “selvagens”. O autor chama a isto de “bugreirismo oficial” e avalia, neste momento do texto, as políticas e práticas que pretenderam abrir a região para a presença dos imigrantes europeus que passavam a ingressar no Rio Grande do Sul.

O assentamento de colônias de italianos e alemães no litoral norte, ao longo do XIX, significaria o caminho sem volta para o processo de depopulação indígena nesta área, e a história das relações dos nativos com esta nova frente de expansão da fronteira agrícola é o tema do terceiro e último capítulo da obra. Nesta nova fase, observa o autor, o governo provincial “se colocou francamente ao lado dos colonos, enviando [...] soldados para o interior das matas para perseguir índios que permaneciam como problema [...]” (Cunha, 2012, p. 215). Além deles, os xoklengs haveriam de se enfrentar, também, com companhias de perseguidores de negros quilombolas, madeireiros, mercadores e mesmo bandidos comuns, que passavam a frequentar a mata.

Segundo adverte Lauro Cunha, não houve interesse por parte das autoridades em integrar os xoklengs ao sistema econômico regional⁴, descartados que foram como possível mão de obra ou produtores de artigos que interessassem comercialmente aos brancos⁵. Para os colonos e autoridades locais, eles se constituíram em um entrave ao progresso e segurança; “a presença deste ‘outro’ era um incômodo e o medo obrigava a que não se reconhecesse seu direito de estar ali. E, como ninguém aceitava plenamente a sua humanidade, a solução seria o seu afugentamento” (Cunha, 2012, p. 190). Por parte dos índios parece também não ter havido inclinação à convivência. Assim, eles ofereceram resistência armada sempre que lhes foi possível e recuaram quando não havia outra opção; ao mesmo tempo, à medida que a colonização se assentava, restavam-lhes menos espaço e possibilidades de sobreviver.

Se Lauro Pereira da Cunha queria contar a dramática histórica deste desaparecimento, esquecido pelos livros de história regional, este não era seu único intento, uma vez que pretendia, também, refletir sobre as ações e escolhas dos xoklengs, que não foram vítimas inermes do avanço dos brancos, mas “praticaram seus furtos e dispararam suas flechas”, agiram e se transformaram, “pois

era impossível permanecerem imutáveis no conflituoso contato com o outro”. Foram, desta forma, agentes fundamentais na construção da sociedade do litoral norte do Rio Grande do Sul, ajudando a delinear os seus limites e possibilidades. Reavaliando suas categorias culturais e o significado deste contato, optaram por expropriar o branco em bens que poderiam lhes ser úteis, em especial no que tange aos instrumentos de ferro. Eles pensaram, assim, em seus próprios termos, a recusa quanto a alianças ou contatos amistosos, mantendo-se em permanente estado de guerra “e arcando com as consequências da escolha feita” (Cunha, 2012, p. 215).

É preciso finalmente lembrar que o autor tem plena consciência de que recuperar histórias passadas tem forte incidência na história presente, e que ele pretende que as páginas que escreveu contribuam para a composição de uma etno-história xokleng, instrumento que os índios têm aprendido a acionar nas suas demandas pelo reconhecimento de territórios sobre os quais afirmam ter direitos “históricos”.

Referências

- LAVINA, R. 1994. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para arqueólogos*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 266 p.
- NAMEM, A.M. 1994. *Botocudo: uma história de contato*. Florianópolis/Blumenau, Ed. da UFSC/Ed. da FURB, 112 p.
- SANTOS, S.C. dos. 1973. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis, Edeme, 313 p.
- SANTOS, S.C. dos. 1997. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis, Ed. da UFCS; Itajaí, Ed. da UNIVALEI, 152 p.
- SELAU, M. da S. 2006. *A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos do Sul Catarinense (1875-1925): resistência e extermínio*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 156 p.
- WITTMANN, L.T. 2007. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 265 p.

Maria Cristina Bohn Martins
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Av. Unisinos, 950, Cristo Rei
93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil

⁴ Nem tampouco, como se dizia desde os tempos coloniais, “em resgatá-los para a civilização”.

⁵ “Tivessem sido incluídos na política de aldeamentos que ‘pacificou’ os kaingang, certamente não teriam desaparecido” (Cunha, 2012, p. 215).